

AUDITORIA INTERNA

Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna

2016

Introdução

Foram realizados, em 2016, nove trabalhos de auditoria, todos previstos no PAIN/2016, que resultaram na identificação de 163 não conformidades, divulgadas em relatórios específicos às empresas auditadas e à Alta Administração, cujos principais temas foram resumidos em Relatórios Trimestrais de Atividades.

Nas auditorias foi priorizada a avaliação da eficiência, eficácia e economicidade dos procedimentos praticados, considerando os interesses das companhias auditadas, bem como os aspectos legais e normativos envolvidos.

Diversas ações foram adotadas ou se encontram em andamento visando viabilizar a atuação cada vez mais abrangente e tempestiva desta Auditoria, especialmente no que concerne à disponibilidade de recursos, padrões e metodologia de execução.

Por fim, registramos que os temas abordados no presente Relatório – conforme evidenciado em seu índice - apresenta vinculação com o disposto na Instrução Normativa (IN) nº 24, de 17 de novembro de 2015, da Controladoria-Geral da União.

ÍNDICE

	Pág.	Referência à IN CGU 24/2015
1. Evolução do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT/2016)	4	Art. 15, I, III e IV
2. Análise dos resultados das auditorias realizadas	4	Art. 15, II
3. Fatos relevantes que impactaram a Auditoria Interna e a realização dos trabalhos	6	Art. 15, V
4. Desenvolvimento institucional e capacitação da Auditoria Interna	7	Art. 15, VI
5. Recomendações formuladas pela Auditoria Interna	8	Art. 15, VII
6. Benefícios decorrentes da atuação da Auditoria Interna	9	Art. 15, VIII
ANEXO I - [Informação Sigilosa]	-	Art. 15, II
ANEXO II - [Informação Sigilosa]	-	Art. 15, II e VII
ANEXO III – [Informação Sigilosa]	-	Art. 15, VII

1. Evolução do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT/2016)

O PAINT/2016 da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro previa nove exames na área de Controle e Gestão, sendo um na Gaspetro e mais oito em empresas coligadas. Todas as nove auditorias programadas foram realizadas dentro do cronograma previsto, conforme apresentado no Quadro I:

Quadro I							
Item	Empresa	Início	Fim	HH Previsto	HH Realizado	Relatório	Fase
1	Companhia de Gás da Bahia - BAHIAGÁS	11/02/2016	24/03/2016	680	780	R-6001/2016	Relatório Final em 03/05/2016
2	Companhia Brasileira de Gás - CEBGÁS	21/03/2016	15/04/2016	320	272	R-6002/2016	Relatório Final em 16/05/2016
3	Companhia de Gás do Piauí - GASPISA	28/03/2016	08/04/2016	320	160	R-6003/2016	Relatório Final em 05/05/2016
4	Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS	18/04/2016	31/05/2016	680	730	R-6004/2016	Relatório Final em 29/07/2016
5	Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS	06/06/2016	22/07/2016	720	775	R-6005/2016	Relatório Final em 05/10/2016
6	Petrobras Gás S.A. - GASPETRO	18/07/2016	08/08/2016	560	410	R-6006/2016	Relatório Final em 13/10/2016
7	Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS	15/08/2016	05/10/2016	680	722	R-6007/2016	Relatório Final em 18/11/2016
8	Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS	26/09/2016	18/11/2016	680	740	R-6008/2016	Relatório Final em 19/01/2017
9	Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS	14/11/2016	23/12/2016	680	560	R-6009/2016	Relatório Final em 27/01/2017

Não houve trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no PAINT/2016. Os resultados das auditorias realizadas constam no item 2 adiante e no Anexo II.

2. Análise dos resultados das auditorias realizadas

Foram realizadas auditorias voltadas para a verificação da eficiência, eficácia e economicidade das operações e conformidade dos procedimentos praticados no que concerne à observância dos interesses da Companhia, normas e aspectos legais. A seguir, constam informações resumidas sobre o foco dos trabalhos nos processos e exames considerados mais relevantes.

Contábil / Financeiro / Administrativo

Além dos objetivos macros da auditoria: maximização de receitas, diminuição de custos, a confiabilidade do sistema de controle interno empregado pela companhia e a identificação de riscos para a Sociedade, os trabalhos tiveram por objetivo verificar:

- a) a fidedignidade e exatidão dos saldos das contas, bem como a compatibilidade da natureza dos gastos com o estágio atual da companhia;
- b) a pertinência dos registros quanto à observância dos princípios de contabilidade;
- c) avaliação das atividades de planejamento, controle e gestão operacional dos estoques;
- d) a execução das metas e indicadores dos programas de participação nos lucros e resultados dos empregados e de Remuneração Variável de dirigentes;

- e) a razoabilidade do tratamento tributário aplicado às operações com incidência de impostos diretos e indiretos, bem como a eficiência dos critérios utilizados na apuração dos tributos devidos; e
- f) os controles internos relativos aos Livros Societários conforme requisitos da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/1976).

Adicionalmente, foram verificados aspectos relacionados ao Contencioso (processo de registro e controle das operações relacionadas aos processos judiciais e administrativos) e à Governança Corporativa (implementação das melhores práticas de governança).

Compras e Pagamentos

Os trabalhos avaliaram a aquisição de gás natural e contratos relacionados tanto a projetos de investimento, como a processos operacionais e administrativos de rotina. Os exames objetivaram verificar se:

- a) as compras (bens e serviços) são realizadas em conformidade com a tríade eficiência, eficácia e economicidade e, quando for o caso, com a legislação e normas internas aplicáveis;
- b) o cadastramento dos dados do instrumento contratual ou do pedido de compra foi realizado com a estrita observância das regras resultantes da licitação ou da contratação ou compra direta;
- c) o recebimento do material ou equipamento é efetuado com a observância das condições previstas no Pedido de Compra e se o seu registro nos controles da companhia (contábil e extracontábil) é feito tempestiva e corretamente;
- d) a fiscalização de serviço contratado exerce o efetivo controle das condições formalizadas nos instrumentos contratuais;
- e) os quantitativos apontados em boletins de medição estão suportados por controles asseguradores da sua correção;
- f) os pagamentos das aquisições de material ou equipamento e dos serviços contratados são realizados no prazo e valor fixados previamente (contratual e/ou normativamente);
- g) os desembolsos estão suportados por documentação fidedigna e autorizados por pessoas credenciadas a fazê-los e são registrados nos controles da companhia tempestiva e corretamente.

Vendas e Recebimentos

Além da validação de itens de controle relacionados com o registro das operações, os trabalhos tiveram por objetivo avaliar as atividades de gestão e controle necessárias à definição e ao cumprimento de condições contratuais e de políticas comerciais, assim como verificar a observância de procedimentos operacionais e normativos requeridos no fornecimento e no faturamento dos produtos.

Em resumo, foi verificado se:

- a) o volume de vendas é compatível com o de compras no mesmo período, considerando uma margem de aceitabilidade de variação;
- b) a totalidade dos volumes de gás natural adquirida e repassada aos clientes é efetivamente faturada por condições e preços previamente pactuados;
- c) os decorrentes créditos de vendas são controlados tempestiva e adequadamente;
- d) os recebimentos dos créditos dão-se de acordo com as condições fixadas contratualmente; e
- e) os equipamentos afetos à medição e apuração dos quantitativos vendidos são objeto de calibração e manutenção prévia e periodicamente programadas.

Projetos de Investimento

Visando verificar a adequação aos controles corporativos existentes, foram realizadas análises abrangendo atividades de gestão aplicáveis à carteira de projetos de uma companhia (BahiaGás), para a verificação do acompanhamento do avanço físico e financeiro (curva “S”), bem como dos procedimentos praticados na definição, aprovação e controle dos investimentos, conforme segue:

- a) análise conceitual;
- b) estudo de viabilidade técnica e econômica (EVTE);
- c) cumprimento da sistemática de aprovação; e
- d) situação atual do projeto.

[Informação Sigilosa]

3. Fatos relevantes que impactaram a Auditoria Interna e a realização dos trabalhos

- a) Uma das ações de fortalecimento prevista no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna de 2015 era a utilização do Sistema de Planejamento e Acompanhamento de Auditorias – SPAA desenvolvido para a Auditoria Interna da Petrobras. O principal objetivo na implantação do SPAA era aprimorar o processo de registro e acompanhamento dos pontos pendentes, de forma a garantir melhor rastreabilidade e maior segurança das informações em relação à ferramenta atualmente utilizada (planilha eletrônica). Contudo, diversas funcionalidades do sistema não são aplicáveis à Auditoria Interna da Gaspetro, pois esta possui uma estrutura mais enxuta e uma quantidade de trabalhos por ano consideravelmente menor do que a Auditoria Interna da Controladora. Assim, foi revista a decisão de implantação do SPAA na Gaspetro e, para 2016, o plano era analisar sistemas disponíveis no mercado para avaliar se haveria opções mais adequadas para a realidade da Auditoria Interna da Gaspetro. Tal ação, contudo, não foi executada em função da reestruturação da Gaspetro decorrente da entrada como acionista da Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. Como contrapartida, foi aprimorada a planilha eletrônica de controle dos pontos de auditoria, inclusive para melhor atender à Instrução Normativa CGU 24/2015, de 17/11/2015, em relação ao acompanhamento de cada recomendação separadamente.
- b) Em 2015, o planejamento envolvia selecionar ao menos uma companhia para uma auditoria-piloto no processo Projetos de Investimento, com o objetivo de verificar os procedimentos de avaliação da oportunidade, estudos de viabilidade técnica e econômica (EVTE), aprovação da execução conforme limites de competência e acompanhamento da execução do projeto (por exemplo, avanços físico e financeiro, mudanças de projeto, alocação dos custos e acompanhamento dos riscos). Para 2016, o objetivo era ampliar esses exames para a maioria das companhias, associando essa análise à verificação dos correspondentes contratos de engenharia vinculados aos projetos de investimento selecionados. Contudo, em função de: (i) ausência de materialidade do processo nas companhias de menor porte; (ii) ausência desse processo em algumas companhias; (iii) controles dos projetos de investimento em processo de reestruturação interna; e (iv) necessidade de priorizar outros exames considerados mais críticos na fase de planejamento da auditoria, o processo Projetos de Investimento foi auditado apenas na BahiaGás.
- c) Em outubro e dezembro de 2014, em função dos programas de Movimentação Interna da Auditoria da Petrobras e do Mobiliza Auditoria (âmbito corporativo), houve substituição de dois dos três empregados alocados na Auditoria da Gaspetro pela Auditoria Interna da Petrobras. Os novos colaboradores participaram somente de um trabalho de auditoria em 2014, portanto no ano 2015 estavam em processo de aperfeiçoamento e ganho de experiência. Já em 2016, os dois auditores apresentaram aumento da performance com maior autonomia e agilidade na execução dos trabalhos, melhorando, conseqüentemente, o rendimento das auditorias.

- d) No exercício 2016, a Auditoria Interna da Petrobras alocou três auditores para a execução do Plano da Auditoria Interna da Gaspetro. Contudo, em função do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) da Petrobras, um dos auditores disponibilizados à Gaspetro aposentou-se em 04/11/2016. Assim, na última auditoria realizada no exercício de 2016 (Cegás), ficou reduzida a disponibilidade de Homem-Hora para execução do trabalho.
- e) Em 28/12/2015 foi formalizada a venda de 49% das ações da Gaspetro, de propriedade da Petrobras para a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. Após o fechamento da Operação, foram propostas 21 ações judiciais questionando o negócio entabulado entre as partes. A maior parte das ações foi ajuizada no Estado da Bahia, sendo a de maior repercussão a Ação Popular distribuída no Juízo de Paulo Afonso. O autor popular obteve liminar perante aquele Juízo no sentido de suspender a eficácia da compra e venda realizada entre Petrobras e Mitsui, o que atingiu a governança da Gaspetro, afetando as reuniões de Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Assembleia de Acionistas. Em 23/08/2016, o Desembargador Kassio Nunes do TRF da 1ª Região, entendeu por bem acolher o Agravo da Petrobras, deferindo a antecipação dos efeitos da tutela recursal para, suspendendo integralmente a decisão agravada (do Juiz de Paulo Afonso), restabelecer, em todos os seus efeitos, a validade da venda de 49% por cento da Gaspetro à Mitsui Gás. Tais fatos, apesar de não terem impedido a realização das auditorias, atrasaram o processo de aprovação pelo Conselho de Administração da Gaspetro do RAIN/2015 e PAINT/2016, bem como dos Relatórios Trimestrais de Atividade referente ao 1º e 2º trimestre de 2016.

4. Desenvolvimento institucional e capacitação da Auditoria Interna

No PAINT/2016 foram previstas 240 horas de treinamento para os empregados que atuam nas auditorias da Gaspetro. A realização alcançou 128 horas (53%), conforme detalhado no Quadro IV. A baixa execução de treinamentos está relacionada aos seguintes fatores:

- Cursos planejados que não puderam ser realizados por falta de vagas;
- Cancelamento de cursos pela Universidade Petrobras (RH/UP) por indisponibilidade do instrutor;
- Incompatibilidade entre as datas dos treinamentos oferecidos e das viagens para realização das auditorias programadas.
- Pequena oferta de treinamentos pelo RH/UP no 2º semestre de 2016.

Quadro IV					
Curso/Treinamento	Instituição	Período	Carga Horária	Nº de Participante(s)	HH Total
A Atividade de Auditoria e o Auditor Interno / Auditoria Básica	Auditoria Interna Petrobras	07/03/2016 a 11/03/2016	40	2	80
Legislação do Gás Natural	RH/UP	28/04/2016 a 29/04/2016	16	1	16
Valuation	RH/UP	16/05/2016 a 18/05/2016	24	1	24
Palestra de Governança Corporativa	RH/UP	19/05/2016 a 19/05/2016	4	1	4
Palestra de Governança Corporativa	RH/UP	13/07/2016 a 13/07/2016	4	1	4

5. Recomendações formuladas pela Auditoria Interna

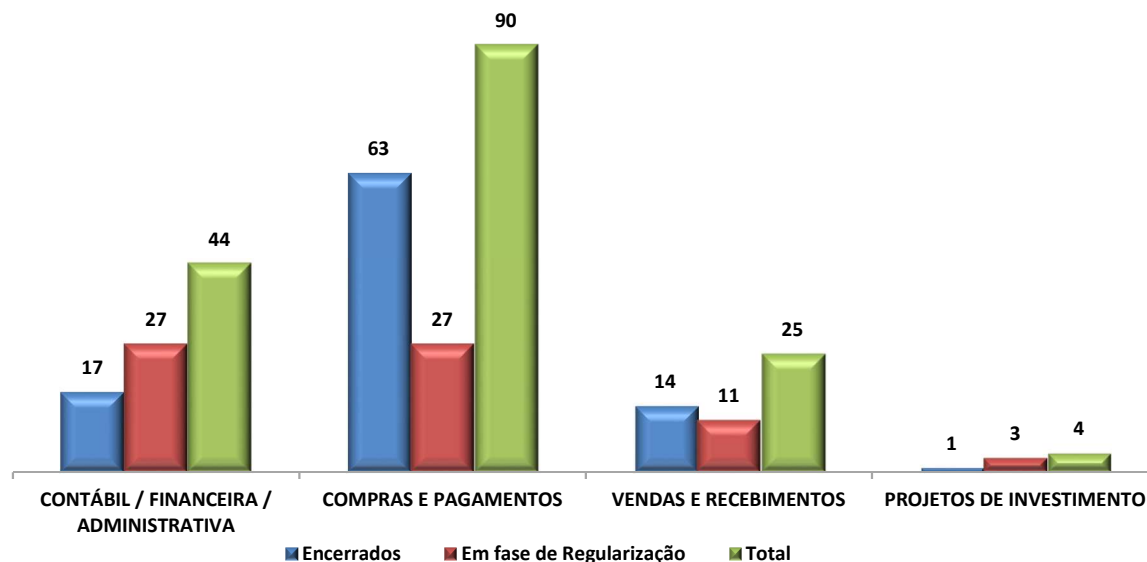
Os nove trabalhos realizados no ano de 2016 resultaram na identificação de 163 não conformidades, conforme apresentado no Anexo II e nos respectivos Relatórios de Auditoria, os quais foram encaminhados às empresas auditadas, para implementação das medidas corretivas, e à Alta Administração, para conhecimento. Tais não conformidades encontram-se registradas em planilha de controle para efeito de contínuo diligenciamento até a efetiva regularização. As principais não conformidades também são monitoradas pelos Conselhos de Administração e Fiscal da Gaspetro com base em reportes trimestrais da Auditoria Interna.

Em decorrência de todo esse processo, vêm sendo adotadas, pelos gestores, medidas que visam ao atendimento às recomendações da Auditoria Interna da Gaspetro, não só para efeito de regularização das situações apontadas, como, também, para melhoria dos processos e fortalecimento dos controles, o que fica evidenciado em ações voltadas para a revisão de rotinas, capacitação de profissionais, atualização e divulgação de orientações, etc. Desse modo, das 163 não conformidades identificadas, até 31/12/2016 foram encerradas 95 (58%) e 68 estavam em processo de regularização (42%), cuja segregação por companhia e status de regularização é apresentada no Quadro V.

[Informação Sigilosa]

O Gráfico 2 indica o nível de regularização por processo:

Gráfico 2 - Não conformidades por status e área/processo



Consta no Anexo II o detalhamento das recomendações efetuadas pela Auditoria Interna no exercício 2016, com os respectivos status de implementação dos aperfeiçoamentos e/ou das medidas corretivas, comentários das empresas auditadas para as ações pendentes e prazos de implementação.

De exercícios anteriores, há 14 não conformidades pendentes de regularização, as quais estão detalhadas no Anexo III.

6. Benefícios decorrentes da atuação da Auditoria Interna

A Auditoria Interna da Gaspetro não se restringe a verificar o cumprimento de normas internas e legislações aplicáveis às companhias auditadas, mas busca efetuar análises abrangentes, em linha com a definição de auditoria interna do *The Institute of Internal Auditors* (IIA): “uma atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria, desenvolvida para agregar valor e melhorar as operações de uma organização. Ela auxilia a organização a alcançar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.”.

Nesse sentido, a Auditoria Interna da Gaspetro busca contribuir para o fortalecimento do ambiente de controle das companhias auditadas e para a adequação dos processos de governança corporativa, bem como na disseminação de conhecimento e de melhores práticas para aprimoramento dos processos.

A título de exemplo, mencionamos as seguintes ações implementadas pelas companhias auditadas em 2016 ou em estágio avançado de execução:

- Estabelecimento de políticas, normas e procedimentos de gestão de estoques, considerando aspectos de estoque mínimo, máximo e pontos de ressuprimento com base no planejamento da empresa no que tange a novos projetos, manutenção operacional e prazos de reposição dos mesmos.
- Aprimoramento do processo de conciliação contábil para evitar divergências entre os saldos das contas contábeis e aqueles constantes dos sistemas que lhe dão suporte.
- Revisão e atualização de livros societários.
- Aprimoramento dos procedimentos licitatórios ou de contratação direta, por meio de cumprimento integral da Lei 8.666/93.
- Melhoria da documentação suporte de licitações e de contratações diretas para maior transparência do processo.
- Maior definição dos critérios de medição de serviços e revisão do processo de elaboração de boletins de medição, com a correspondente documentação suporte, para uma adequada rastreabilidade dos serviços medidos.
- Aprimoramento de controles para garantir o cumprimento de todas as obrigações contratuais pelas contratadas.
- Aprimoramento dos processos de medição e faturamento do fornecimento de gás, por meio de melhoria do acompanhamento da validade das calibrações dos medidores.
- Celebração de novos contratos com clientes para os quais havia fornecimento sem cobertura contratual.
- Correção de divergências relacionadas a tarifas de venda, à data de vencimento de faturas e à ausência de cobrança de multa e juros por atraso de pagamento.

Adicionalmente, ao verificar questões de eficiência, eficácia e economicidade, contribui para gerar redução de custos e despesas para as empresas e, inclusive, para obter recuperação de recursos. Nesse sentido, foram recuperados, em 2016, R\$ 2,0 milhões resultantes de auditorias encerradas nesse ano ou em exercícios anteriores. Nesse montante não estão incluídas as economias fiscais proporcionadas por revisão de procedimentos de aproveitamento de créditos tributários.